



FINANÇAS DO MUNICÍPIO
 DE VILA VELHA - 2011 
 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010



2011



Vila Velha

FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE

expediente

Prefeito

Neucimar Ferreira Fraga

Vice-prefeito

Marcos Rodrigues

Secretária de Ação Social

Candida Maria Azevedo de Almeida

Secretário de Administração

Saulo Meirelles

Secretária de Comunicação

Mirela Adams

Secretário de Cultura e Turismo

Antônio Ramos Barbosa

Secretário de Defesa Social

Ledir Porto

Secretário de Desenvolvimento Econômico

Harlen da Silva

Secretário de Desenvolvimento Urbano

Carlos Henrique Casamata

Secretária de Educação

Wanessa Zavarese Sechim

Secretário de Esportes e Lazer

Marcos Antônio Magalhães de Aguiar

Secretário de Finanças

Douglas Bianchi

Secretário de Infraestrutura e Projetos Especiais

Zacarias Carraretto

Secretário de Meio Ambiente

João Ismael Ortulane Nardoto

Secretário de Obras

Marcos Rodrigues

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

Jésus Silva Gonçalves

Secretária de Saúde

Joanna Barros De Jaegher

Secretário de Serviços Urbanos

Reginaldo Loureiro

Secretário de Transporte e Trânsito

Bruno Lorenzutti

Controlador Geral

Licínio de Jesus Ferrari

Diretora-presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Vila Velha (Ipasvve)

Gisela Vivacqua Belotti

Procurador Geral

Wellington Borghi

4	APRESENTAÇÃO
8	I ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
12	2 RECEITAS
14	2.1 Desempenho recente das receitas de Vila Velha
16	2.2 Tributos municipais
20	2.3 Transferências constitucionais e legais
20	2.3.1 Transferências do Estado
22	2.3.2 Transferências da União
23	2.4 Receita por habitante
24	2.5 Receitas de capital
28	3 DESPESAS
30	3.1 Pessoal
30	3.2 Custeio
31	3.3 Investimentos
33	3.4 Dívida
33	3.5 Gastos por área de atuação
33	3.5.1 Educação
35	3.5.2 Saúde
38	3.5.3 Urbanismo
42	4 LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS



sumário



apresentação



Secretaria de Comunicação de Vila Velha

“

Finanças do Município de Vila Velha – 2011 procura mostrar de forma clara e didática como a administração do Município vem arrecadando e a forma como vem aplicando os recursos

”

O equilíbrio financeiro da cidade, bem como a responsabilidade quanto à aplicação dos recursos, são algumas das condutas assumidas pela atual administração de Vila Velha. A publicação que aqui apresentamos, *Finanças do Município de Vila Velha – 2011*, procura mostrar de forma clara e didática como a administração do Município vem arrecadando e a forma como vem aplicando os recursos, desde 2006 até 2010, com especial destaque para o ano de 2010.

Nesse último ano, Vila Velha apresentou uma significativa melhora em suas contas, considerando as dificuldades de gerir a mais populosa cidade do Estado, possuidora de uma das menores receitas per capita. Ainda assim, Vila Velha tem superado os limites mínimos de gastos com saúde e educação e se mantido abaixo dos limites máximos para os gastos com pessoal e dívida, impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os investimentos na modernização tributária, com o foco no atendimento ao cidadão, na implantação da Nota Fiscal Eletrônica e no Imposto sobre Serviços (ISS) on-line, entre outras ações, contribuíram para o crescimento da receita própria do Município. Além disso, Vila Velha buscou convênios com os governos federal e estadual para ampliar os investimentos, realizando ainda mais obras na cidade.

Alguns dos principais investimentos estão sendo realizados para a melhoria da infraestrutura urbana e da qualidade de vida da população, como as obras de macrodrenagem, a expansão da rede de esgoto sanitário, a revitalização da Rodovia Carlos Lindenberg e a pavimentação de outras vias. De 2009 a 2011, a Prefeitura realizou o maior plano de urbanização da história de Vila Velha, com investimentos que alcançaram R\$ 500 milhões.

Na educação, Vila Velha se destacou como a cidade do Espírito Santo que mais aumentou o volume destinado a essa área em 2010. Além disso, o número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino foi ampliado e, mesmo assim, foi possível aumentar o valor da despesa com educação por aluno, o que deverá repercutir ainda mais na melhoria da qualidade do ensino. Ressalte-se que, em 2009, continuamos a superar as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Desejamos que Finanças do Município de Vila Velha – 2011 contribua para ampliar o conhecimento dos cidadãos sobre como funcionam as finanças de sua cidade. Procuramos dar vida aos números e acreditamos que, após a leitura desta publicação, o leitor vai concluir que Vila Velha caminha para um futuro cada vez mais promissor.

Uma ótima leitura!

Neucimar Fraga
Prefeito municipal

Douglas Bianchi
Secretário municipal de Finanças





estrut

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



ura



01

Estrutura da Administração Municipal



Nova sede da Prefeitura Municipal de Vila Velha em Coqueiral de Itaparica, entregue em 2009

A administração pública municipal é exercida por dois poderes: Executivo e Legislativo. O Poder Executivo se encarrega da prestação dos serviços públicos, e está subdividido, no Município de Vila Velha, em administração direta, formada pelas secretarias municipais; e administração indireta, representada pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vila Velha (IPASVVE).

Já o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, representada por seus vereadores, cujas funções são propor e aprovar as leis de interesse da cidade, bem como acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo. Nessa tarefa de fiscalização dos atos do governo municipal atuam também o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a sociedade civil organizada, por meio dos conselhos municipais. O TCE também é o responsável pela aprovação das contas anuais das administrações direta e indireta e do Legislativo.





reccit



as



02

Receitas



Principais itens da receita – 2006 a 2010

Itens da receita	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/ 2009	Partic. rec. total 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010					em %	
1 - Receita corrente¹ (2+3+4-5)	355.321,9	384.258,3	455.540,5	434.248,0	498.551,6	14,8	88,8
2 - Receita tributária	99.307,2	110.546,1	128.026,9	132.955,3	167.703,2	26,1	29,9
IPTU	12.392,7	15.313,5	15.900,9	18.743,7	20.664,5	10,2	3,7
IRRF	5.366,7	5.322,8	5.556,2	7.203,7	7.556,9	4,9	1,3
ITBI	9.331,0	11.280,9	15.042,2	16.614,6	25.885,6	55,8	4,6
ISS	58.208,0	63.316,9	73.094,6	70.054,5	91.135,5	30,1	16,2
Taxas	14.008,8	15.312,1	18.433,0	20.338,9	22.460,8	10,4	4,0
3 - Transferências correntes	220.630,7	268.092,5	313.730,0	299.084,7	323.838,8	8,3	57,7
Transferências da União	66.673,3	74.245,7	81.269,1	76.294,4	85.783,0	12,4	15,3
FPM	34.953,2	37.850,1	43.768,3	39.299,0	40.033,0	1,9	7,1
SUS - União	15.388,7	17.953,4	15.592,2	17.820,2	22.496,6	26,2	4,0
FNDE	-	7.108,5	8.458,3	8.109,0	9.775,7	20,6	1,7
Outras transferências da União	16.331,4	11.333,7	13.450,3	11.066,2	13.477,7	21,8	2,4
Transferências do Estado	104.667,2	113.988,6	137.036,1	134.565,8	142.458,0	5,9	25,4
QPM-ICMS	86.215,2	92.495,2	111.367,9	108.529,7	112.698,5	3,8	20,1
IPVA	14.927,2	18.261,5	20.095,7	22.229,6	22.236,2	0,0	4,0
Outras transferências do Estado	3.524,9	3.231,8	5.572,5	3.806,5	7.523,3	97,6	1,3
Outras transferências correntes	49.290,2	79.858,1	95.424,8	88.224,5	95.597,9	8,4	17,0
Transferências do Fundef/Fundeb	48.859,1	78.357,8	92.766,1	86.904,8	92.969,7	7,0	16,6
Demais transferências correntes	431,1	1.500,3	2.658,7	1.319,8	2.628,2	99,1	0,5
4 - Outras receitas correntes	54.061,4	29.796,5	46.941,3	41.351,1	42.495,5	2,8	7,6
Receita da dívida ativa	6.269,3	2.386,8	4.287,0	3.866,5	7.200,3	86,2	1,3
Receita patrimonial	3.998,3	3.057,0	5.311,3	5.801,9	7.058,5	21,7	1,3
Demais receitas correntes	43.793,7	24.352,7	37.343,0	31.682,6	28.236,6	-10,9	5,0
5 - Deduções da receita corrente	18.677,4	24.176,8	33.157,8	39.143,0	35.485,9	-9,3	6,3
6 - Receitas de capital (7+8+9)	1.727,4	6.729,7	28.381,2	29.889,6	35.874,0	20,0	6,4
7 - Operações de crédito	-	-	7.185,6	6.852,0	5.355,2	-21,8	1,0
8 - Transferências de capital	1.727,4	6.695,3	21.195,7	23.037,6	30.165,0	30,9	5,4
9 - Outras receitas de capital	-	34,3	-	-	353,8	..	0,1
10 - Receitas correntes intraorçamentárias	-	4.925,9	6.408,0	9.263,1	26.923,8	190,7	4,8
11 - Receita total¹ (1+6+10)	357.049,3	395.913,9	490.329,7	473.400,8	561.349,5	18,6	100,0

Fonte: balanços municipais. Nota: ¹receitas corrente e total deduzidas dos efeitos Fundef/Fundeb.

Os recursos financeiros das administrações públicas das cidades brasileiras são divididos em duas grandes categorias: receitas correntes e de capital. As primeiras são formadas por recursos que entram regularmente nos cofres públicos e são compostas, basicamente, por tributos municipais e transferências provenientes da União e do Estado.

As principais transferências da União são as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as estaduais, cabe destaque para a Quota-parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

As receitas de capital são compostas pela venda de bens públicos, pela realização de operações de crédito e pela obtenção de recursos junto a outros níveis de governo, as chamadas transferências de capital. Essas receitas são aplicadas, principalmente, em investimentos, ou seja, na realização de obras (pavimentação de ruas, saneamento, construção de escolas, creches, unidades de saúde, etc.) e na aquisição de material permanente (veículos, computadores, equipamentos hospitalares e escolares, etc.).

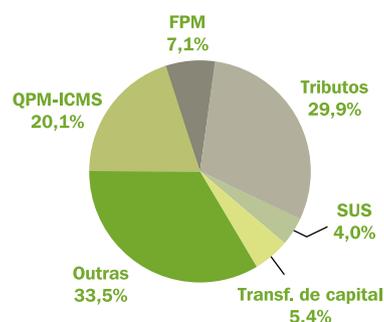
Estrutura básica da receita

Receita corrente
Tributos municipais
Transferências da União
Transferências do Estado
Outras receitas correntes
Receita de capital
Alienação de bens
Operações de crédito
Transferências para investimentos

A importância dos componentes da receita de cada cidade varia conforme seu tamanho, sua localização no território brasileiro e sua estrutura econômica. No caso de Vila Velha o item de maior valor

são os tributos municipais, que em 2010 foram responsáveis por 29,9% de toda receita municipal. A parcela do ICMS que vem do Estado aparece em seguida, com 20,1%. Juntos, esses dois itens responderam por metade de toda receita municipal de 2010.

Composição da receita total - 2010

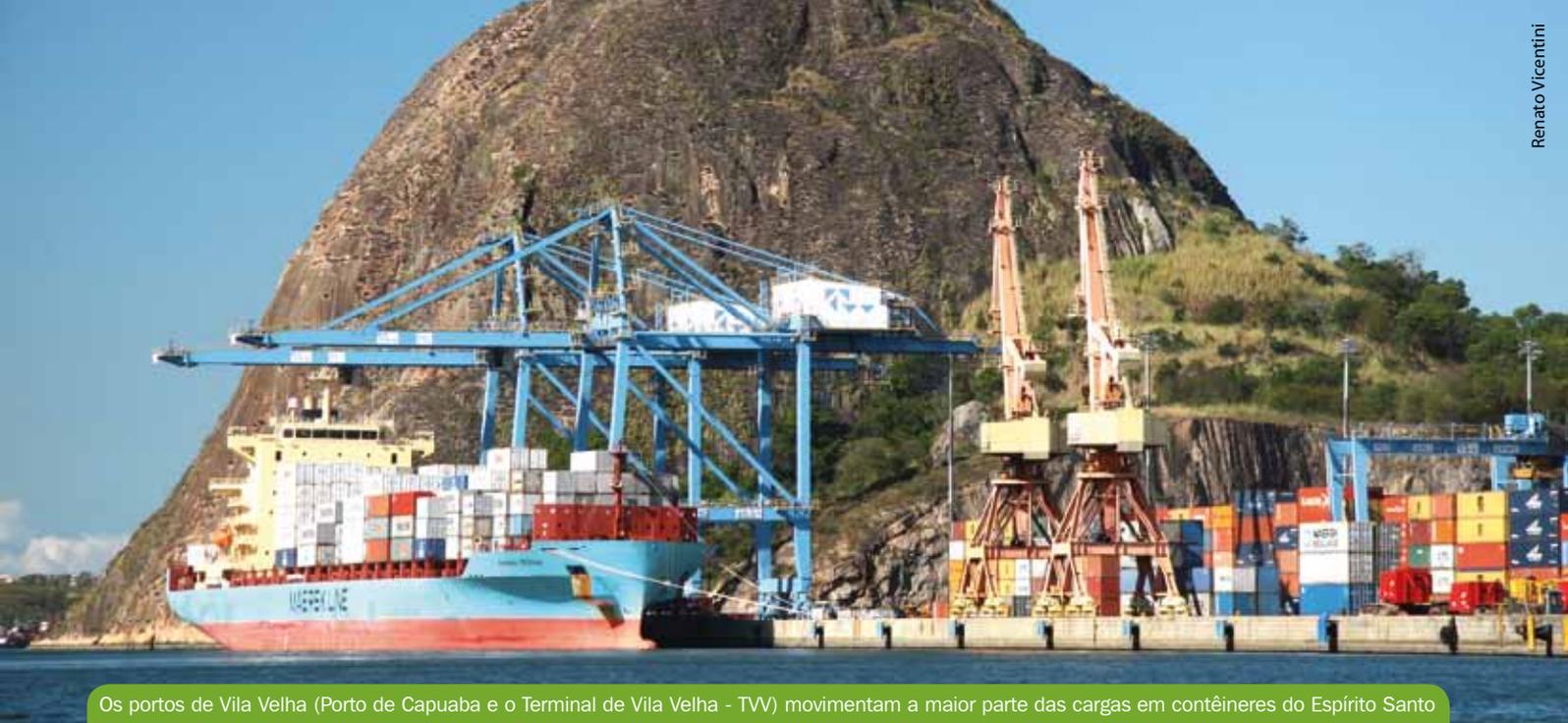


Atualização de preços

Todos os valores apresentados nesta publicação, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre os diversos períodos, sem as distorções causadas pela inflação. Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2010.

2.1 Desempenho recente das receitas de Vila Velha

É possível perceber dois momentos bastante distintos quanto ao desempenho das receitas de Vila Velha. O primeiro ocorreu entre 2004 e 2008, quando o Município passou por um forte crescimento de suas receitas, que mais do que dobraram, passando de R\$ 239,1 milhões, em 2003, para R\$ 490,3 milhões, em 2008. Esse notável desempenho não foi uma especificidade de Vila Velha. Nos demais municípios do Espírito



Os portos de Vila Velha (Porto de Capuaba e o Terminal de Vila Velha - TVV) movimentam a maior parte das cargas em contêineres do Espírito Santo

Santo a situação foi muito semelhante, com a receita crescendo 113% no mesmo período. Na verdade, o excelente desempenho das receitas públicas naquele período foi reflexo do crescimento da economia brasileira, que se favoreceu de um ambiente econômico internacional extremamente favorável.

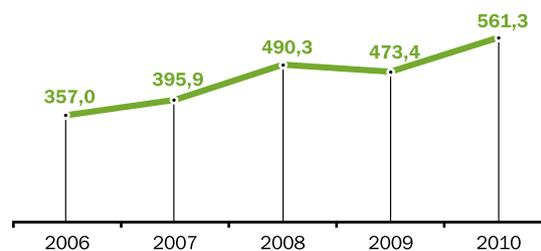
O segundo momento teve início ainda no último trimestre de 2008, quando adveio a crise financeira internacional que acertou em cheio as finanças municipais no ano seguinte. Pela primeira vez, em muitos anos, os municípios do Espírito Santo viram suas receitas encolherem. Na média, elas foram 5,8% menor em 2009 que no ano anterior. Em Vila Velha, a queda foi de 3,5%.

Contudo, em 2010, embalado pela melhoria da economia nacional e também em resposta a um conjunto de medidas adotado pela administração de Vila Velha, a receita total do município aumentou 18,6% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi melhor do que o obtido pelo conjunto de municípios capixabas, cuja alta foi de 10,5%, em média, no mesmo período. Tal comportamento excelente deveu-se, sobretudo, ao aumento na arrecadação dos tributos municipais, notadamente do Imposto sobre Serviços de

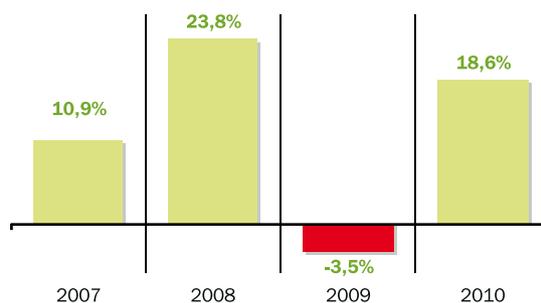
Qualquer Natureza (ISS) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI).

Evolução da receita total

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxas de crescimento da receita em relação ao ano anterior



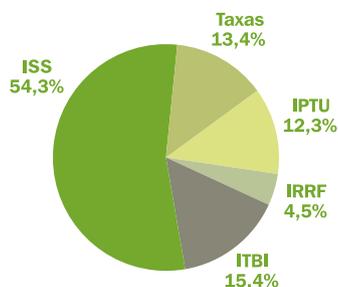
Em que pese o aumento da receita municipal em 2010, o momento atual da economia brasileira e mundial ainda é de grande incerteza. A economia europeia e americana estão praticamente estagnadas e alguns países da zona do euro estão fortemente endividados. Nesse contexto, os rumos da economia brasileira vão depender em muito dos desdobramentos da crise em nível mundial.

Portanto, o cenário que se desenha a partir do final de 2008 é muito diferente daquele que prevaleceu durante os cinco anos anteriores. O crescimento econômico doméstico está desacelerando enquanto que no âmbito internacional já se convive com a estagnação. Um cenário tão incerto quanto esse exige muita cautela na condução das finanças da cidade e, ao mesmo tempo, não se pode paralisar a Administração Pública. Esse desafio impõe a busca de novas formas e mecanismos para atender as demandas da sociedade.

2.2 Tributos municipais

A receita tributária própria é formada pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), pelo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) referente à parcela retida pela prefeitura, e pelas taxas municipais.

Composição da receita tributária - 2010



Conforme já foi mencionado, os tributos municipais têm uma grande importância no orçamento de Vila Velha, sendo responsáveis por 29,9% de sua receita total em 2010. O ISS é o principal entre eles, respondendo por 54,3% da receita tributária e por 16,2% da receita total.

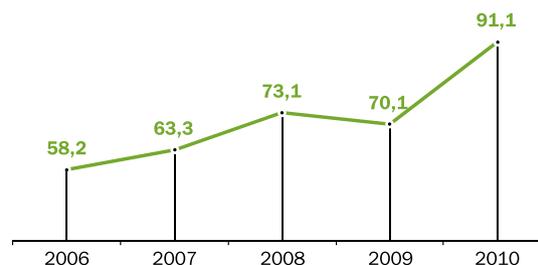
Após a retração de 2009 em função da crise internacional, o ISS apresentou um excelente desempenho em 2010. A arrecadação alcançou R\$ 91,1 milhões, valor 30,1% maior do que o do ano anterior. Vila Velha foi o Município em que a arrecadação do ISS mais cresceu em termos absolutos entre os municípios capixabas, com um incremento de R\$ 21,1 milhões.

Esse excelente desempenho decorreu da melhora da economia local, sobretudo do aquecimento das atividades portuárias, maiores geradoras do ISS em Vila Velha. Ao mesmo tempo, a Administração Fazendária vem promovendo uma modernização no setor tributário, com destaque para a implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFE) em 2010.

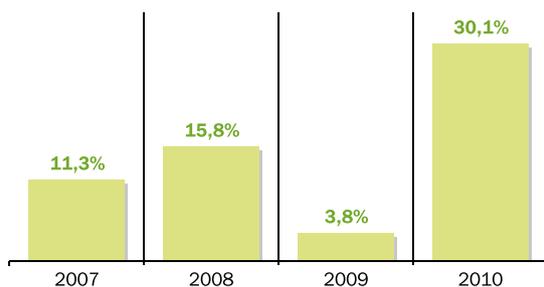
A NFE traz vantagens para os contribuintes e para o Fisco Municipal. Os contribuintes passam a ter maior facilidade, comodidade e segurança no cumprimento das obrigações fiscais, e o município, maior garantia da autenticidade e controle em tempo real das informações fiscais, bem como a diminuição da evasão fiscal e o incremento na receita.

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxas de crescimento da receita de ISS em relação ao ano anterior



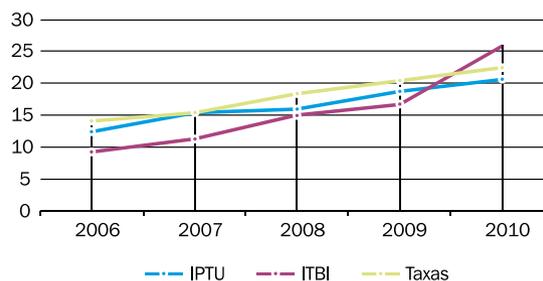
O ITBI cresceu de forma vertiginosa em 2010 e superou a arrecadação do IPTU. O valor recolhido totalizou R\$ 25,9 milhões contra R\$ 16,6 milhões do ano anterior, uma alta de 55,8%. O ITBI respondeu por 4,8% da receita total de Vila Velha em 2010. Em nenhum outro município do Espírito Santo registrou-se peso maior.

Esse bom desempenho está associado ao dinamismo do mercado imobiliário e à valorização dos imóveis em Vila Velha. A isso se associa a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV)

efetuada em 2009, cujos reflexos foram sentidos em 2010. A PGV de Vila Velha estava muito defasada e sua atualização contribuiu para o aumento da arrecadação do ITBI, pois ela serve de base de cálculo para a cobrança do imposto.

O crescimento da arrecadação do IPTU foi mais moderado, de 10,2%, quando passou de R\$ 18,7 milhões em 2009, para R\$ 20,7 milhões, em 2010. As taxas cresceram na mesma intensidade que o IPTU, com o recolhimento atingindo R\$ 22,5 milhões em 2010.

Evolução da arrecadação do ITBI, do IPTU e das taxas em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Renato Vicentini

Estímulo a novos empreendimentos imobiliários resultou na construção de quatro mil salas comerciais e vinte mil empregos

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Os serviços geradores do ISS estão listados na Lei Complementar nº 116/2003 e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que os presta. A arrecadação do mais importante imposto municipal está intimamente associada ao nível de atividade econômica da cidade. Uma eficiente fiscalização, atrelada ao uso de recursos da tecnologia da informação são importantes para uma arrecadação mais eficiente.

IPTU

O IPTU é pago sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Vila Velha as alíquotas são de 0,25% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O ITBI é pago quando há transferência da titularidade de bens imóveis, e a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos municípios a competência para instituir o ITBI, assim como a responsabilidade pela definição da alíquota que incide sobre o valor venal do imóvel. Em Vila Velha, a alíquota do ITBI é de 2% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

Taxas

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas são divididas em dois grupos. O primeiro é composto por aquelas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à disposição dele. O segundo, pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

Realizações da Secretaria de Finanças

Os recursos advindos da arrecadação própria de Vila Velha têm grande importância no orçamento da cidade. Entre 2006 e 2010, os tributos cresceram 57,2%, fruto do crescimento da cidade, da implantação de novas tecnologias, da capacitação de servidores e, principalmente, de um conjunto de ações realizadas com o intuito de aproximar o contribuinte da administração fazendária municipal.

Propaf

O Programa de Parcelamento Fácil (Propaf) consiste em dar uma oportunidade para o contribuinte

regularizar sua situação de débito com o Município. Regulamentado pela Lei Municipal nº 4.784/2009, prevê descontos de até 85% em multas e juros para os pagamentos de impostos como IPTU, ISS, ITBI e taxas municipais.

O desconto vale para os débitos pagos à vista. Os valores também podem ser parcelados em até 60 vezes, mas, nesse caso, os descontos variam de acordo com o número de parcelas. Enquadram-se no programa os contribuintes com débitos gerados até o dia 31/12/2010.



Mais qualidade no atendimento ao público na nova sede da Prefeitura de Vila Velha

Em 2009, foram negociados R\$ 20,5 milhões de débitos tributários através do Propaf, em valores correntes. Do valor total negociado, foram pagos R\$ 14,9 milhões, um aproveitamento de 72,7%. No ano seguinte, apesar da queda no valor total negociado, houve um aumento no aproveitamento do valor pago para 78%, totalizando R\$ 11,6 milhões.

Desempenho do Propaf
em R\$ milhões correntes



*valores até novembro

Campanha de Arrecadação

Iniciada em agosto de 2009, a Campanha de Arrecadação é direcionada às empresas, que ficam isentas da multa de 40% se quitarem, no prazo de 10 dias, o débito apurado pela Fiscalização de Renda do Município. Desde a implantação do programa, o valor dos autos pagos subiu de uma média de R\$ 350 mil mensais para R\$ 1,2 milhão mensal, ou seja, quase quatro vezes mais.

Van Itinerante

Com a Van Itinerante os moradores são contempla-

dos com os serviços de emissão de segunda via de documentos de arrecadação municipal (IPTU, ITBI e taxas), emissão de Certidão Negativa de Débito, isenção de IPTU e parcelamento de dívidas. Além disso, os moradores podem obter informações sobre os benefícios da formalização como Empreendedor Individual (EI).

Nota Fiscal eletrônica e ISS on-line

A adoção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFE) simplifica o cumprimento das obrigações dos prestadores de serviços. Com ela, as empresas instaladas em Vila Velha podem declarar mensalmente pela internet os serviços prestados. O procedimento elimina, por exemplo, a necessidade da solicitação periódica de autorização para reimprimir os blocos de documentos fiscais e a digitação das notas fiscais emitidas na Declaração de Serviços Prestados. Para o Município, os principais benefícios são a maior garantia da autenticidade e o controle em tempo real das informações fiscais, bem como a diminuição da evasão fiscal e o incremento na receita.

Desenvolvido pela equipe da Secretaria Municipal de Finanças, foi implantado também o módulo informatizado de Declaração de Serviços Financeiros (DSF), que simplifica as declarações do ISS para as instituições financeiras do Município e realiza uma cobrança mais eficiente do imposto. Foi o primeiro sistema de DSF desenvolvido por uma prefeitura no Espírito Santo.

2.3 Transferências constitucionais e legais

Os municípios recebem recursos regulares provenientes da União e dos estados. Essas transferências obedecem a critérios estabelecidos pela Constituição e por legislação federal e estadual. Cada transferência tem seu critério próprio de distribuição, que procura atender a determinados objetivos.

O FPM (transferência federal), por exemplo, é distribuído de acordo com o número de habitantes do município, de forma a beneficiar as menores cidades, cujas fontes de arrecadação própria são muito restritas. Já a transferência estadual do ICMS beneficia os municípios mais desenvolvidos, onde há uma geração maior de riqueza. As transferências federais para o SUS levam em conta o número de habitantes do município e os procedimentos realizados, visando a ressarcir as cidades pelos serviços prestados em saúde.

2.3.1 Transferências do Estado

QPM-ICMS

A Quota-parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS) é a principal fonte individual de recursos de Vila Velha. Em 2010 respondeu por 20,1% da receita total.

O ICMS é um imposto de competência dos governos estaduais. A Constituição Federal determina que 25% da arrecadação sejam transferidos aos municípios. Semanalmente, no segundo dia útil, os estados creditam nas contas dos municípios sua parcela do ICMS. O valor recebido depende do Índice de Participação do Município (IPM), calculado e renovado anualmente.

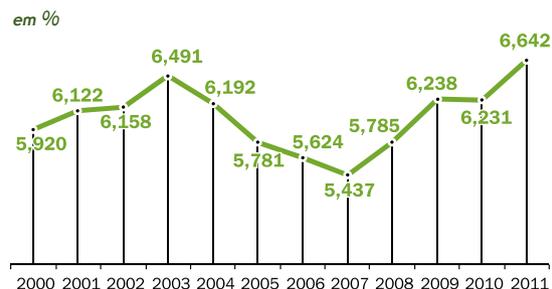
Ainda conforme a Constituição, 75% do total transferido pelos estados devem ser repartidos na proporção do Valor Adicionado (VA) de cada cidade. Os 25% restantes são divididos conforme



critérios adotados em cada Estado. Portanto, o principal critério de distribuição do ICMS entre os municípios é a riqueza gerada pelas empresas neles instaladas.

Após uma sequência de quedas que teve início em 2004, o IPM de Vila Velha vem apresentando aumentos sucessivos desde 2008, atingindo 6,642% em 2011. O somatório dos índices de todas as cidades do Espírito Santo é igual a 100%.

Evolução do IPM de Vila Velha



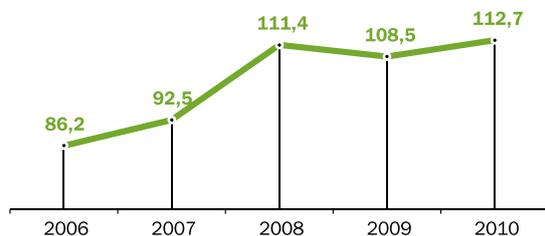


Revitalização da Avenida Perimetral em Coqueiral de Itaparica

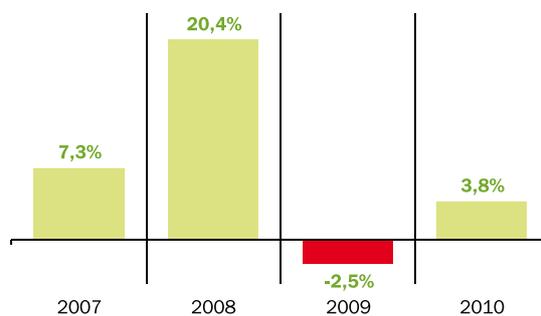
Apesar do desempenho positivo do IPM, as transferências estaduais do ICMS para Vila Velha ficaram relativamente estáveis nos três últimos anos, em torno de R\$ 110 milhões. Isso porque a crise financeira internacional afetou de forma negativa o recolhimento estadual do ICMS.

Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



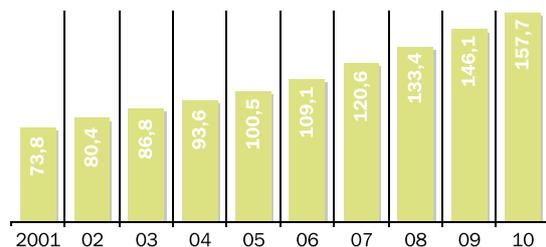
Taxas de crescimento da QPM-ICMS em relação ao ano anterior



IPVA

Outra fonte de recursos importante proveniente do Estado tem origem no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O tributo é recolhido pelo governo estadual, sendo que metade do que é arrecadado, referente à frota de veículos de Vila Velha, retorna aos cofres municipais. A outra metade pertence à receita estadual. Em 2010, o IPVA rendeu ao Município a quantia de R\$ 22,2 milhões, arrecadação baseada numa frota de 157,7 mil veículos.

Evolução da frota de veículos de Vila Velha em milhares



2.3.2 Transferências da União

Os recursos do FPM e os destinados para o funcionamento do SUS são as principais transferências realizadas pela União para Vila Velha.

O FPM é formado por 23,5% da arrecadação da União do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e é a mais importante transferência da União para os municípios brasileiros. Seu peso nas finanças é progressivamente menor nas cidades de maior porte populacional e nas de maior expressão econômica. Em Vila Velha ele foi responsável por 7,1% da receita total em 2010.

O FPM pode ser aplicado livremente, obedecendo apenas a aplicação mínima exigida para a saúde e a educação. Já os recursos transferidos pela União a título de SUS, ainda que só possam ser aplicados na área de saúde, cobrem apenas cerca de 30% do total de recursos aplicados no setor de saúde pela municipalidade. Sobre os gastos com saúde consulte a seção 3.5.2 na página 35.



A Central Semafórica monitora o trânsito e os semáforos dos principais cruzamentos de Vila Velha, em tempo real

Renato Vrcentini

2.4 Receita por habitante

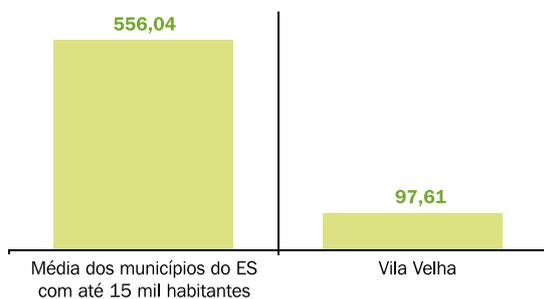
Em que pese a aumento da receita nos últimos anos, Vila Velha tem uma das menores receitas por habitante entre os municípios do Espírito Santo. Em 2010, a receita total foi de R\$ 561,3 milhões, o que equivaleu a R\$ 1.354,54 para cada um dos seus 414.420 habitantes.

Esse valor de receita por habitante posicionou Vila Velha na 76ª colocação no ranking entre os 78 municípios capixabas. Para que Vila Velha tivesse a mesma receita por habitante que a média dos demais municípios capixabas, que foi de R\$ 1.920,79 em 2010, sua receita deveria ser de quase R\$ 800 milhões.

As receitas das cidades brasileiras se apóiam no tripé formado pelos tributos próprios, pelo FPM e pela QPM-ICMS. Conforme foi mencionado, o FPM é formado por 23,5% da arrecadação federal do IR e do IPI, e os critérios de distribuição desse recurso beneficiam os pequenos municípios. Por exemplo, nas cidades capixabas com até 15 mil habitantes, o FPM por habitante foi de R\$ 556,04 em 2010. Vila Velha, por sua vez, recebeu a quantia de R\$ 97,61 por habitante, a mais baixa entre os municípios do Espírito Santo, pois é o município com maior população do Estado.

FPM per capita - 2010

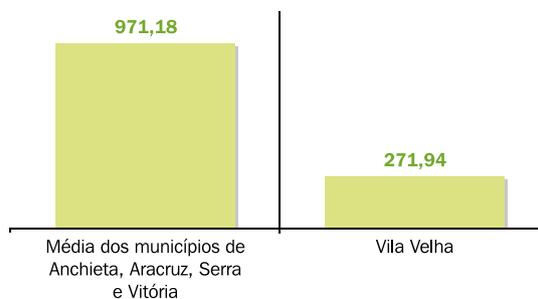
em R\$



No caso do ICMS, a Constituição determina que o principal critério de distribuição seja o Valor Adicionado (VA). Com isso, a maior parte dos recursos é direcionada aos municípios que detêm maior base econômica, sobretudo para aqueles onde estão instaladas grandes plantas industriais, como é o caso de Vitória, Serra, Aracruz e Anchieta. Enquanto Vila Velha recebeu, em 2010, R\$ 271,94 por habitante, naquele grupo a média foi de R\$ 971,18, ou seja, quase três vezes e meia a mais.

QPM-ICMS per capita - 2010

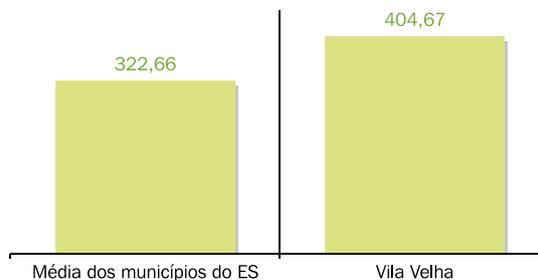
em R\$



A arrecadação dos tributos municipais alivia um pouco a situação da receita de Vila Velha. Em 2010, foram recolhidos R\$ 167,7 milhões em tributos, o que correspondeu a R\$ 404,67 por habitante, a quarta quantia mais elevada do Estado e 25% acima da média do conjunto dos municípios capixabas.

Receita tributária per capita - 2010

em R\$



2.5 Receitas de Capital

Conforme mencionado no início desta publicação, as receitas de capital são aplicadas, principalmente, em obras e aquisição de equipamentos. Elas são compostas pela venda de bens públicos, pela realização de operações de crédito e pela obtenção de recursos juntos aos outros níveis de governo.

Como a Prefeitura possui um orçamento relativamente pequeno, em relação a sua população, as receitas de capital, notadamente as transferências da União e do governo estadual, são muito importantes pois representam recursos adicionais para serem aplicados na infraestrutura da cidade. Por isso é fundamental que o Município não fique isolado das demais esferas de governo. Ao contrário, deve propor projetos tecnicamente viáveis e buscar fontes alternativas de recursos para realizá-los. Para tanto, deve estabelecer uma agenda política de estreitamento de parcerias com a União, o governo estadual e a iniciativa privada.

Em 2009, as receitas de capital de Vila Velha somaram R\$ 29,9 milhões, em valores atualizados pelo IPCA, e R\$ 35,9 milhões, em 2010. Nos dois anos, a maior parcela desses recursos proveio de

convênios com os governos federal e estadual.

No biênio 2009-2010, Vila Velha realizou operações de crédito para alavancar novos investimentos. Obteve R\$ 7,7 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aplicados no Programa Nossa Terra, que busca a integração social de 11 bairros na Grande Terra Vermelha, com obras de infraestrutura, melhorias habitacionais, oficinas culturais e cursos de qualificação profissional, entre outras ações.

Junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA) foram obtidos R\$ 4,5 milhões no biênio 2009/2010, para serem investidos em obras de macrodrenagem, inseridos no Programa Pró-Moradia, do governo federal.

As transferências de capital totalizaram R\$ 53,2 milhões no biênio 2009-2010. Desse total, R\$ 16,8 milhões (32,2% do total) foram repassados pela União, sendo a maior parcela destinada à urbanização da Baixada do Rio Aribiri. Do governo estadual vieram R\$ 29,2 milhões, investidos em obras no bairro Cobilândia, na recuperação da Rodovia Carlos Lindenberg e em outras ações.



Volume de recursos obtidos através de receitas de capital

Descrição	2009	2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	
Receitas de capital	29.889,6	35.874,0
Operações de crédito	6.852,0	5.355,2
BNDES - PMI (Programa Multissetorial Integrado)	4.911,7	2.763,3
CEF - Pró-Moradia/Macrodrenagem	1.940,3	2.591,9
Transferência de capital	23.037,6	30.165,0
União	15.044,4	1.723,8
Urbanização da Baixada Aribirí	12.996,2	1.083,8
Convênios para o SUS	2.048,3	-
Convênio para a construção do Complexo Esportivo de Ponta da Fruta	-	640,0
Estado	7.993,2	21.230,7
Recuperação da Rodovia Carlos Lindenberg	6.827,5	5.500,0
Convênios destinados aos Programas de Infraestrutura em Transporte	176,7	-
Convênios para recuperação de ruas e avenidas	988,9	9.039,7
Convênios para obras no Bairro Cobilândia	-	4.496,5
Convênios para o Programa PRONASCI - Olho Digital	-	1788
Convênios para construção do Centro de Toxicômano	-	406,5
Convênios com Instituições Privadas	-	7.210,4
ArcelorMittal Brasil	-	5.055,8
Vale	-	2.154,6
Outras receitas de capital	-	353,8





despe



SSAS



03

Despesas

Renato Vicentini



Vila Velha conta com uma ciclorrede de 75 quilômetros

Principais itens da despesa - 2006 a 2010

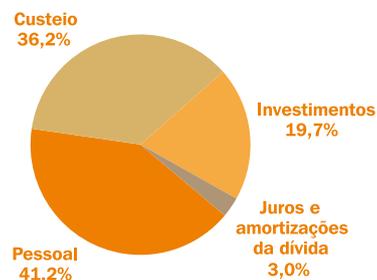
Itens da despesa	2006	2007	2008	2009	2010	Varição 2010/ 2009	Partic. desp. total 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010					em %	
1 - Pessoal	142.461,1	159.701,9	180.790,6	207.578,2	235.090,1	13,3	41,2
Ativos	121.501,2	138.344,9	157.175,0	180.087,2	205.823,0	14,3	36,1
Inativos	17.355,6	17.628,9	19.630,8	23.027,9	24.723,9	7,4	4,3
Pensionistas	3.473,9	3.643,5	3.983,6	4.463,0	4.543,2	1,8	0,8
Salários-família	130,4	84,7	1,2	0,1	-	-100,0	0,0
2 - Custeio	140.761,2	164.940,8	197.437,0	173.436,4	206.411,9	19,0	36,2
Material de consumo	8.509,4	8.465,4	8.667,3	5.253,3	7.831,9	49,1	1,4
Serviços de terceiros e encargos	119.739,7	140.353,2	169.341,1	153.096,8	167.270,4	9,3	29,3
Outras despesas de custeio	12.512,2	16.122,2	19.428,6	15.086,3	31.309,7	107,5	5,5
3 - Juros e amortizações da dívida	8.135,8	8.894,6	12.181,0	14.017,9	16.959,6	21,0	3,0
4 - Investimentos¹	62.609,3	60.436,0	112.568,8	58.837,4	112.135,4	90,6	19,7
5 - Despesa total (1+2+3+4)	353.967,5	393.973,3	502.977,3	453.870,0	570.597,0	25,7	100,0

Fonte: balanços municipais. Notas: ¹refere-se à despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Inicialmente, é importante esclarecer que todas as informações referentes às despesas de Vila Velha que constam desta publicação se referem às contas consolidadas dos poderes Executivo e Legislativo, ou seja, da Prefeitura e Câmara Municipal.

Observando-se a distribuição dos gastos por categoria econômica, é possível identificar que o maior item é o de pessoal, que correspondeu a 41,2% de toda a despesa efetuada pelo Município em 2010. Em seguida constam os custeios (36,2%), os investimentos (19,7%) e os juros e as amortizações da dívida (3%). Ressalte-se que nesta publicação o custeio abrange toda a despesa corrente, exceto os gastos com pessoal e os juros e encargos da dívida. Os investimentos correspondem a toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Composição da despesa total - 2010



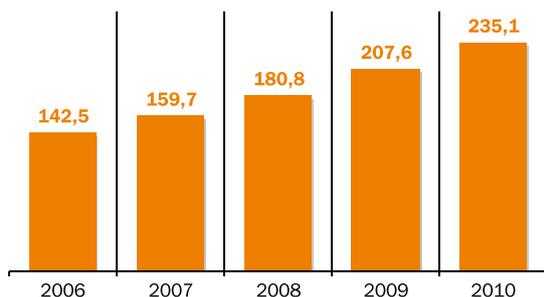
3.1 Pessoal

Vila Velha tem cumprido o limite de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita o gasto com pessoal da Prefeitura em até 54% da receita corrente líquida municipal. Em 2010, o percentual foi de 38,6% para a Prefeitura de Vila Velha.

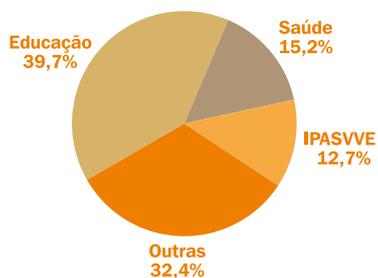
Nesse ano, o Município empregou R\$ 235,1 milhões em pessoal. Mais da metade (54,9%) desse valor está concentrado nas secretarias de Educação (39,7%) e de Saúde (15,2%). Em 2010, a Prefeitura de Vila Velha contava com 7.660 servidores, sendo que 52,1% estavam lotados na Secretaria de Educação e 16,4% na de Saúde.

Evolução da despesa com pessoal

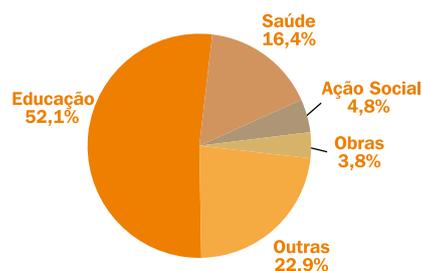
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Distribuição da despesa com pessoal por secretaria 2010



Distribuição dos servidores por secretaria - 2011



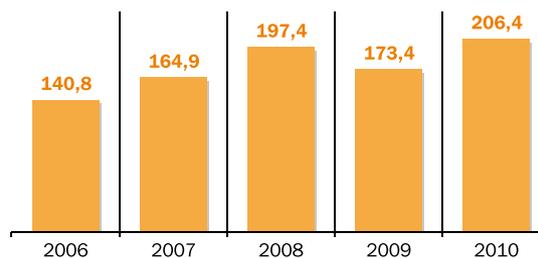
3.2 Custeio

O custeio municipal engloba uma grande variedade de bens e serviços utilizados no funcionamento dos serviços prestados à população e na manutenção dos espaços em comum de toda a cidade, tais como unidades de saúde, escolas, centros esportivos, sede da Prefeitura, ruas, parque e jardins, entre outros.

Nessa categoria estão compreendidas as despesas com material de consumo, serviços de terceiros, entre outras. O item material de consumo contempla todos os materiais de uso não duradouro, tais como medicamentos, materiais laboratoriais, combustíveis, material utilizado nas escolas, materiais de limpeza e escritório, lâmpadas, etc. Já entre os serviços de terceiros, destacam-se a iluminação pública, a manutenção de equipamentos e áreas públicas, a limpeza urbana e a coleta de lixo, entre outros.

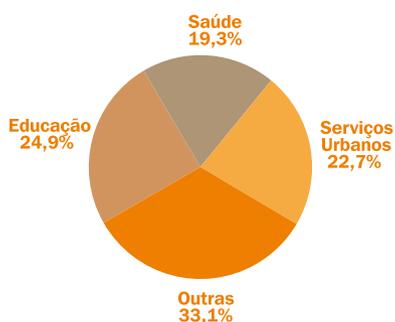
Evolução da despesa com custeio

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Em 2010, Vila Velha despendeu R\$ 206,4 milhões com o custeio municipal, valor que correspondeu a 41,4% de sua receita corrente. Três secretarias responderam por dois terços desses gastos: Educação (24,9%), Serviços Urbanos (22,7%) e Saúde (19,3%).

Distribuição da despesa com custeio por secretaria 2010



3.3 Investimentos

Os investimentos correspondem às despesas para a realização de obras (pavimentação de ruas, saneamento, construção de escolas, creches, unidades de saúde, etc.) e à aquisição de material permanente (veículos, computadores, equipamentos hospitalares e escolares, etc.).

A Administração Municipal tem exercido um rígido controle nos gastos com pessoal e custeio, visando a poupar recursos para serem aplicados na infraestrutura da cidade. Aumentar a capacidade de investimento com recursos próprios é um grande desafio e uma tarefa que exige muita disciplina e planejamento orçamentário, em função da baixa receita per capita de Vila Velha. Para reforçar a capacidade de investimento do Município, a Prefeitura vem trabalhando intensamente também na captação de fontes complementares de recursos para viabilizar as obras de infraestrutura que Vila Velha necessita.

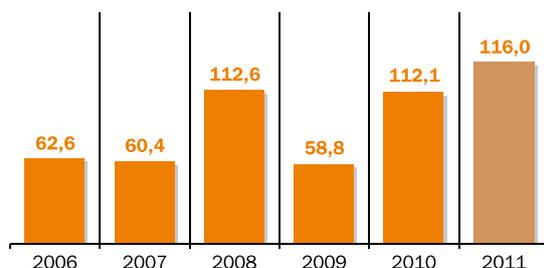


A Rua do Canal, no bairro Cocal, foi toda drenada e pavimentada e o canal foi coberto

Em 2009, conforme recomenda as boas práticas fiscais, a Prefeitura ajustou o seu volume de investimentos à queda de receita provocada pela crise financeira global, a fim de manter o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, em 2010, Vila Velha realizou investimentos que somaram R\$ 112,1 milhões, valor que se igualou ao pico registrado em 2008. Conforme mencionado antes, no biênio 2009/2010, cerca de 40% de todo o investimento foi realizado com receitas obtidas junto aos demais níveis de governo, à iniciativa privada e por meio de operações de crédito. Por isso, é importante uma agenda positiva e harmônica com os governos federal e estadual. Para 2011, a meta é aplicar a quantia recorde de R\$ 116 milhões.

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Entre as principais realizações de 2010, destacam-se a revitalização da Rodovia Carlos Lindenberg e diversas obras de drenagem e pavimentação de canais e ruas, em parceria com o governo estadual. Foram realizadas também obras de esgotamento sanitário. Ao todo, 18 quilômetros de redes coletoras e cinco estações de bombeamento foram construídos na cidade. As obras, que totalizam aproximadamente R\$ 9 milhões, são realizadas em parceria com a Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan). A Prefeitura de Vila Velha realizou também a reforma e a construção de campos de futebol em diferentes bairros da cidade.

Para minimizar os alagamentos em Aribiri e bairros vizinhos, foram realizadas obras de macrodrenagem. Entre 2009 e 2010, o Município executou 1,8 mil metros de galeria, que incluiu a execução de calçadas, assentamento de meio-fio e recuperação de vias. O bairro Zumbi dos Palmares foi mais um contemplado com serviços de macrodrenagem e outras obras como a construção de unidades habitacionais, uma praça e um centro de cursos.

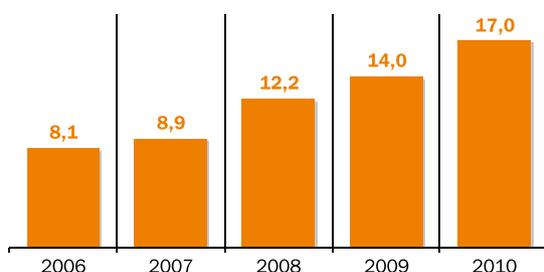
Principais investimentos

Investimento	Descrição
Revitalização da Rodovia Carlos Lindenberg	Drenagem e pavimentação de toda a via, incluindo a Estrada Jerônimo Monteiro, com a construção de ciclovias, calçadas, paisagismo, nova sinalização e corredores exclusivos para ônibus.
Obras de drenagem e pavimentação de canais e ruas	Localidades atendidas: Cocal, Alvorada, Vale Encantado, Santa Clara, Jardim do Vale, Residencial Coqueiral, Jardim Mariândia, Nova América, Cobilândia, Rio Marinho e canal da Av. Capixaba.
	Localidades com obras em andamento: Planalto, Industrial, Barra do Jucu, Ulisses Guimarães, 23 de Maio e Jardim Asteca. Outras localidades beneficiadas: Atalaia, Itapoã, Ibes, Santos Dumont, Santa Mônica, entre outras.
Campos de futebol	Reforma e construção nos bairros: Boa Vista, Normília da Cunha, Barramares, Ilha dos Aires, Santa Rita, Novo México e Vale Encantado.
Esgotamento sanitário	Obras nos bairros: João Goulart, Normília da Cunha, Ulisses Guimarães e Terra Vermelha.
Obras de macrodrenagem	Obras em Aribiri e bairros vizinhos, Cocal, Guaranhuns, Cristóvão Colombo, Alvorada e Vila Batista.
Pacote de obras em Zumbi dos Palmares	Construção de unidades habitacionais, uma praça e um centro de cursos.

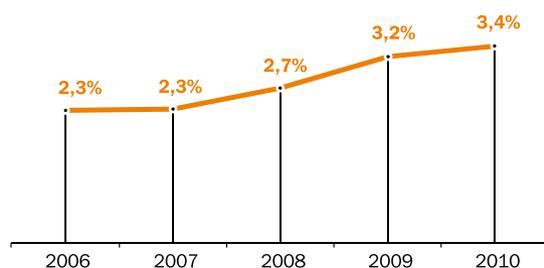
3.4 Dívida

Em 2010, Vila Velha desembolsou R\$ 17 milhões com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida de longo prazo, também conhecida como dívida consolidada. Esse tipo de despesa tem aumentado nos três últimos anos e vem comprometendo fatias crescentes da receita corrente municipal. No biênio 2006/2007, o percentual de comprometimento era de 2,3% e alcançou 3,4%, em 2010. No entanto, os percentuais estão bem abaixo do teto de 11,5% estabelecido pela Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Evolução da despesa com juros e amortizações da dívida em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Evolução da despesa com juros e amortizações da dívida em relação à receita corrente



Ao final de 2010, a dívida consolidada de Vila Velha somava R\$ 201,7 milhões, dos quais R\$ 68,9 milhões eram de precatórios, que são

dívidas da Fazenda Pública em decorrência de uma condenação judicial. Geralmente, os precatórios estão relacionados às desapropriações e às sentenças trabalhistas.

Os demais credores de Vila Velha são o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). A dívida com o INSS refere-se a débitos previdenciários e trabalhistas não pagos no devido prazo, enquanto que as dívidas com o BNDES e a CAIXA foram contratadas para a realização dos investimentos municipais ligados à habitação, como o Programa Multissetorial Integrado e o Programa Pró-Moradia, respectivamente.

3.5 Gastos por área de atuação

Até o presente momento, as despesas foram apresentadas segundo sua natureza econômica, ou seja, se foram direcionadas para pessoal, custeio, investimento e juros e amortizações da dívida. Nesta seção, os gastos serão apresentados segundo sua finalidade. Em Vila Velha, as maiores funções são educação, saúde e urbanismo. Juntas, essas três áreas absorveram 62,4% de toda a despesa municipal efetuada em 2010.

3.5.1 Educação

A maior parcela dos recursos municipais é direcionada para a educação. Em 2010, a área recebeu o volume recorde de R\$ 164,8 milhões, valor que superou em R\$ 29,8 milhões o do ano anterior. De 2009 para 2010, Vila Velha foi o município capixaba que mais aumentou o volume de recursos direcionados para a educação.

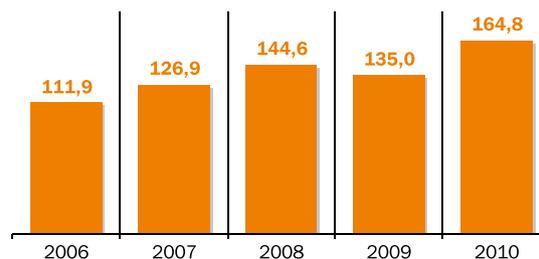
De acordo com a Constituição Federal, os municípios brasileiros são obrigados a aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) infantil e fundamental, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos. Em Vila Velha, o percentual foi de 29,1%, em 2010.

Em 2010, houve um aumento de 1.027 novas matrículas na rede de ensino municipal em relação a 2009, passando a contar com um total de 45.580 estudantes. Nos quatro anos anteriores, o número de alunos girava em torno de 44 mil. Como a aplicação dos recursos em educação cresceu de forma mais rápida que as matrículas, ao longo desse mesmo período, os recursos aplicados por aluno saltaram de R\$ 2.535,37, em 2006, para R\$ 3.614,79, em 2010, um aumento de 42,6%, enquanto que o crescimento médio do conjunto dos municípios do Espírito Santo foi de 30,3%, no mesmo período. Esse aumento de recursos foi um dos fatores que contribuiu para uma melhora na qualidade do ensino na cidade, como será tratado no próximo item.

Em 2010, a rede municipal de ensino de Vila Velha possuía 91 unidades de ensino, sendo 30 Unidades Municipais de Ensino Infantil (UMEI) e 61 Unidades Municipais de Ensino Fundamental (UMEF), com um corpo docente de 2.258 professores. Nas UMEIs são atendidas as crianças da creche e pré-escola, enquanto que as UMEFs estão voltadas para a educação do 1º até o 9º ano do ensino fundamental.

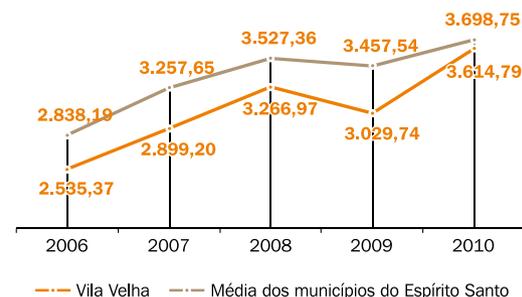
Evolução da despesa com educação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

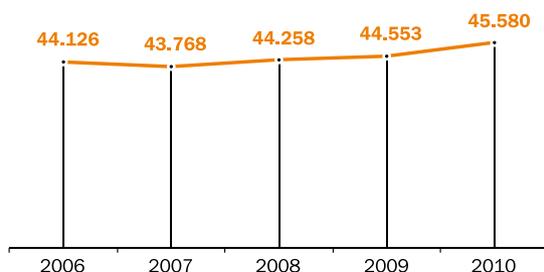


Evolução da despesa com educação por aluno

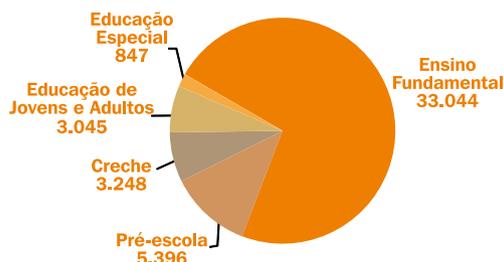
em R\$



Número de alunos da rede municipal de ensino



Número de alunos por modalidade de ensino em 2010



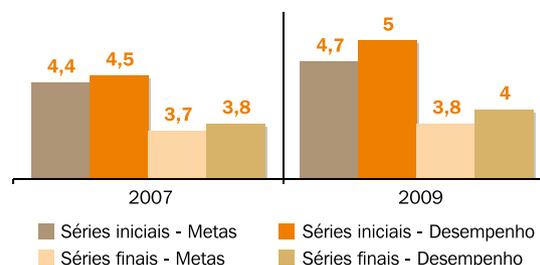
Avaliação do ensino

Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino básico no país. Ele varia de 0 a 10 e é medido a cada dois anos, tomando como base as avaliações de desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil, e as taxas de aprovação. A meta para o Brasil é alcançar a nota 6 até 2021, índice que corresponde à qualidade de ensino dos países desenvolvidos.

O ensino municipal em Vila Velha apresentou um desempenho muito bom no ano de 2009, último Ideb, divulgado em 2010. Na avaliação das séries iniciais (até o 5º ano), o Ideb passou de 4,5, em

2007, para 5,0, em 2009, e superou a meta do Inep, que era de 4,7. O mesmo ocorreu com a avaliação das séries finais (do 6º ao 9º ano). Nesse caso, o Ideb passou de 3,8 para 4,0, também ultrapassando a meta que era de 3,8.

Desempenho do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Vila Velha no Ideb, 2007 e 2009

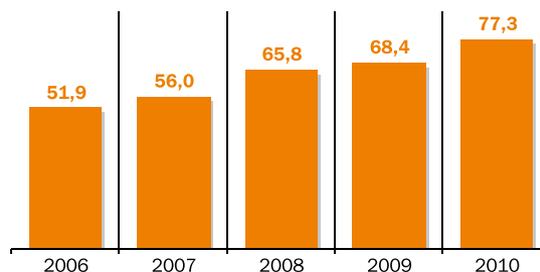


3.5.2 Saúde

Mesmo diante de um cenário extremamente adverso nas finanças, devido à crise financeira internacional, Vila Velha ampliou o volume de recursos alocados para a prestação dos serviços municipais de saúde nos últimos dois anos. Em 2009, mesmo com queda de receita, os recursos destinados à saúde cresceram 3,9% em termos reais, ou seja, já considerados os efeitos da inflação medida pelo IPCA. Em 2010 eles voltaram a crescer de forma mais intensa, quando alcançaram R\$ 77,3 milhões, 13% acima do efetuado no ano anterior.

Evolução da despesa com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

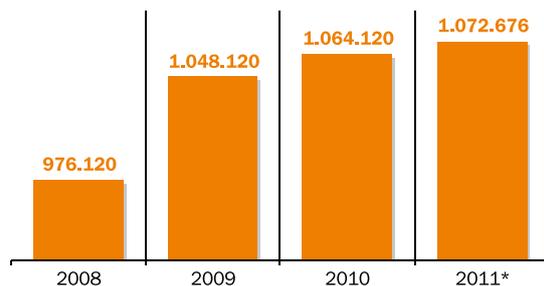


A Emenda Constitucional nº 29 estabelece que os municípios brasileiros devem aplicar em saúde, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos (IPTU, ITBI, ISS, IRRF) e de algumas transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-exportação, Lei Kandir). Vila Velha aplicou 17%, em 2010.

A oferta de serviços municipais de saúde é realizada, sobretudo, com recursos próprios, financiando, no último biênio, quase 70% do gasto total efetuado no setor. O restante (30%) foi bancado com recursos provenientes da União, através do SUS.

O incremento dos recursos aplicados em saúde resultou no aumento dos serviços realizados. Os

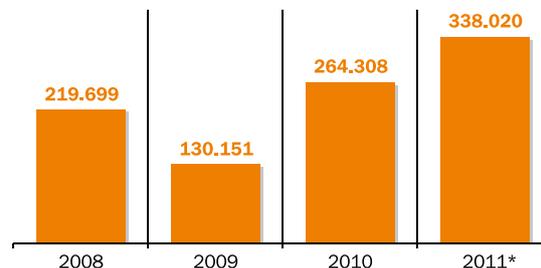
Número de procedimentos realizados nas Unidades de Saúde



* Até 5 de setembro.

atendimentos nas unidades de saúde da cidade passaram de 976 mil, em 2008, para 1,1 milhão, em 2010. Até o início de setembro, os números realizados em 2011 já haviam ultrapassado o ano anterior.

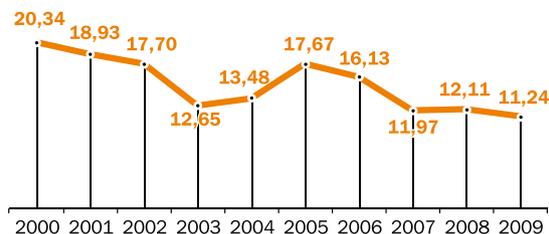
Número de procedimentos realizados nos serviços de urgência e emergência



* Até 5 de setembro.

Taxa de mortalidade infantil de Vila Velha

por mil nascidos vivos



Infraestrutura da saúde - 2010

Descrição	Bairro
Unidade de Pronto-atendimento	Cobilândia e Glória
Centro Municipal de Atenção Secundária (Cemas) Mais Saúde	Praia da Costa
Central Odontológica	Divino Espírito Santo
Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (Caps-Ad)	Jaburuna
Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) DST/Aids	Centro
Hospital da Mulher	Cobilândia
Unidade de Saúde	Araçás, Barra do Jucu, Coqueiral de Itaparica, Divino Espírito Santo, Dom João Batista, Glória, Ibes, Jardim Marilândia, Paul, Ponta da Fruta, Santa Rita, São Torquato, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães, Vale Encantado, Vila Garrido e Vila Nova.

Saiba mais ▶

O que é o SUS?

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, resultado de um longo período de mobilização social. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência Social podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, que era realizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Com a nova Constituição, a saúde passou a ser direito de todos.

O SUS se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou seja, é conduzido e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A participação social através dos conselhos de saúde garante o controle social, outro princípio importante desse sistema.

O funcionamento do SUS foi detalhado pela Lei Orgânica da Saúde aprovada pelo Congresso Nacional em 1990. Em 2000, a Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu que os estados devem destinar 12% e os municípios 15% de suas receitas próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF) e de algumas transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-exportação, Lei Kandir) para o SUS. Para a União não ficou acertado nenhum percentual fixo, mas sim a obrigação de aplicar em saúde o mesmo valor empenhado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). A Emenda prevê que, decorridos cinco anos, deveria ser editada uma lei complementar que definisse o percentual das receitas da União a ser aplicado em saúde, entre outras regulamentações, o que ainda não foi feito.



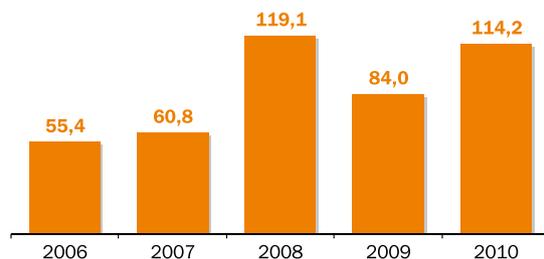
Unidade de Saúde no bairro de Barramares

3.5.3 Urbanismo

As despesas com urbanismo são realizadas em conjunto pelas secretarias de Serviços Urbanos (Semsu), Obras (Semob), Infraestrutura, Projetos e Obras Especiais (Seminfra) e Transporte e Trânsito (Semtran).

De 2009 para 2010, os recursos aplicados em urbanismo saltaram de R\$ 84 milhões para R\$ 114,2 milhões, valor que correspondeu a um quinto de toda a despesa do Município. Esse forte aumento, de 36%, reflete a ampliação dos investimentos efetuados por Vila Velha em macrodrenagem, saneamento básico, pavimentação de ruas e outras obras. Ressalte-se que a despesa na área do urbanismo de 2010 ficou bastante próxima do valor registrado em 2008, último ano do mandato da administração anterior, época em que normalmente os investimentos são elevados.

Evolução da despesa com urbanismo
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Do valor total de R\$ 114,2 milhões aplicados em urbanismo em 2010, R\$ 46,7 milhões, ou seja, 41% foram destinados à Secretaria de Serviços Urbanos. A principal atividade da Semsu é a limpeza urbana, que consumiu quase todo o valor destinado ao urbanismo pela secretaria, ou seja, 98,6%, em 2010. A limpeza urbana inclui a coleta de lixo domiciliar, a varrição das ruas, o recolhimento de entulhos e



de resíduos hospitalares, o serviço de cemitério, dentre outros. A arborização da cidade, a humanização e as alterações das praças, cemitérios, parques e jardins públicos municipais e a fiscalização de ambulantes, feirantes, quiosques, eventos, terrenos baldios, feiras livres e empresas são outros serviços prestados por essa secretaria.

A despesa relativa ao urbanismo da Secretaria de Obras foi de R\$ 35,8 milhões, ou 31,4% do total da função, para realizar os serviços continuados de ampliação de logradouros públicos e praças, manutenção e reformas, tais como tapa-buraco, reparos de meio-fio e importantes obras de drenagem e pavimentação que vêm transformando o perfil urbano de Vila Velha. Outra relevante tarefa a cargo da Semob é coordenar o Projeto Iluminar, que compreende a expansão, efetivação e manutenção



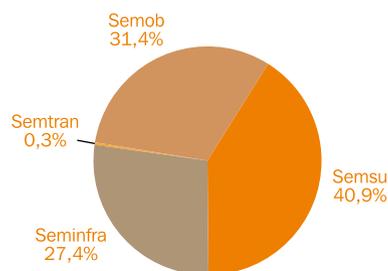
Novas Praças em Riviera da Barra, assim como em Novo México, Vale Encantado, Ponta da Fruta, Santos Dumont, Ilha dos Aires e Ibes

da iluminação pública de toda a cidade.

Já os grandes investimentos realizados pela prefeitura, como a revitalização da Carlos Lindenberg, as obras de drenagem de canais, pavimentação e de esgotamento sanitário, além das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no bairro Dom João Batista, que incluem a construção de habitações e a urbanização das áreas de intervenção com sistemas de água potável, drenagem, iluminação pública, vias, interconexões domiciliares de luz, recuperação e preservação ambiental, contenção e estabilização de encostas, são administrados pela Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Obras Especiais. Em 2010, o valor destinado aos investimentos nessas áreas pela Seminfra foi de R\$ 31,2 milhões, ou 27,4% do total da função.

A Secretaria de Transporte e Trânsito, cuja despesa total foi de R\$ 4,8 milhões em 2010, destinou apenas R\$ 399,7 mil ao urbanismo, uma vez que sua principal função é a de transporte, onde aplicou a maior parte de seu orçamento.

Participação das secretarias na despesa com urbanismo





limites

LEGAIS E CONSTITUCIONAIS



S



04

Limites Legais e Constitucionais



O gasto municipal no Brasil deve seguir alguns parâmetros definidos em lei ou pela própria Constituição Federal. São limites de gastos mínimos ou máximos que devem ser cumpridos, caso contrário, são aplicadas diferentes penalidades.

A gestão fiscal do Município de Vila Velha tem executado o orçamento de forma a permanecer dentro desses limites. Veja, a seguir, os principais deles e os percentuais aplicados.

Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o gasto com pessoal, exclusivamente da Prefeitura, ou seja, sem incluir o da Câmara Municipal, não deve ultrapassar 54% do valor da receita corrente líquida do município. Existe ainda um limite prudencial de 51,3%, a partir do qual diversas medidas devem ser tomadas pelo município. Em 2010, Vila Velha registrou 38,6%.

Limites constitucionais e legais - 2010

	Em % da receita corrente líquida	
	Limite máximo	Realizado
Gasto com pessoal do Poder Executivo ¹	54%	38,6%
Dívida consolidada líquida	120%	21,4%

	Em % da receita de impostos e transferências ²	
	Limite mínimo constitucional	Percentual aplicado
Gasto total com educação	25%	29,1%
Gasto total com saúde	15%	17,0%

Notas: ¹o gasto com pessoal, utilizado para o cálculo deste indicador, refere-se ao pessoal da administração direta e indireta do Poder Executivo.

²refere-se às receitas próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF) e de algumas transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-exportação, Lei Kandir).

Dívida

O estoque da dívida consolidada líquida deve ficar em, no máximo, 120% do valor da receita corrente líquida, de acordo com a LRF, complementada pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal. Em Vila Velha, o percentual foi de 21,4%.

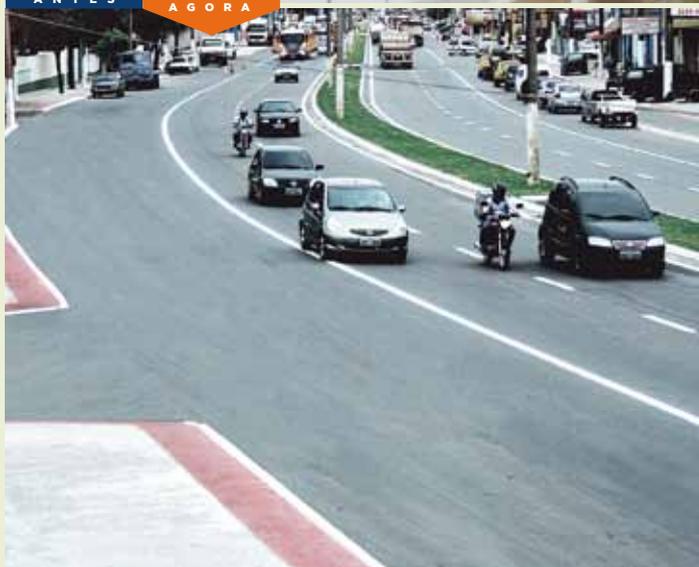
Educação

De acordo com a Constituição Federal, os municípios brasileiros são obrigados a aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) infantil e fundamental, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos e algumas transferências constitucionais. Vila Velha aplicou 29,1%, em 2010.

Saúde

Segundo determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, os municípios brasileiros devem aplicar em Saúde, desde 2004, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos e algumas transferências constitucionais. Vila Velha aplicou 17%, em 2010.

Rod. Carlos Lindenberg



Sede da Prefeitura



500 MILHÕES DE VILA VELHA FAZ O MAIOR PLANO

Vila Velha realiza com recursos próprios e em parcerias com os governos estadual e federal o maior investimento de sua história. São obras de drenagem e pavimentação, paisagismo, construção de casas populares, novas escolas, mais Unidades de Saúde, sinalização de ruas, videomonitoramento e iluminação pública. Essas obras e melhorias são realizadas em todas as regiões da cidade. Praças foram

Antigo trevo da Lindenberg



ANTES AGORA

Rua La Paz - Bairro Araçás



ANTES AGORA



REAIS EM OBRAS.

DE URBANIZAÇÃO DE SUA HISTÓRIA.

construídas e reformadas. Mais de 300 ruas foram drenadas e pavimentadas. Em pleno desenvolvimento econômico e social, Vila Velha se transforma em uma nova terra de oportunidades. A cidade recebe novos investimentos, novas empresas, mais empregos e melhora a vida de toda a sua gente.



PREFEITURA DE
VILA VELHA
Tempo de construir



PREFEITURA DE
VILA VELHA
Tempo de construir